



AVISO DE INTENÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 250/2025

Município de São José do Cedro

Exclusivo para MEI/ME/EPP

1) CONTRATANTE

- I - Município de São José do Cedro
- II - CNPJ: **83.026.781/0001-10**
- III - Secretaria de Assistência Social

2) BASE LEGAL PARA O AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

- I - [Lei nº 14.133/2021, art. 75, § 3º](#)
- II - Decreto Municipal nº 7.498/2022 art. 8º

3) BASE LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

- I - [Lei nº 14.133/2021, art. 75, II](#)
- II - Decreto Municipal nº 7.498/2022 art. 5º

4) MODO DE DISPUTA

- I - **FECHADO**

5) ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

- I - **Prazo:** 07/11/2025 até 14/11/2025 às 08h
- II - **Local de envio:** endereço eletrônico: portaldecompraspublicas.com.br

6) CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- I - **MENOR PREÇO POR ITEM**

7) PREFERENCIA DE CONTRATAÇÃO

I – A presente dispensa de licitação irá conceder os benefícios constantes no Art. 47 e Art. 48 da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, que estabelece a exclusiva participação de MEI, ME e EPP nos ITENS ou LOTES, cujo valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

8) OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER VISITAÇÃO/PASSEIO ECOLÓGICO PARA OS ADOLESCENTES QUE PARTICIPAM DOS GRUPOS PAEFI E MSE

Cód. Lote: 1 - Lote: LOTE 1					
Item	Produto - Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor total
1	Aquisição de ingresso para visitação/passeio ecológico.	Unidade	25,00	110,00	R\$ 2.750,00
					Soma:
					R\$ 2.750,00

9) FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

O objeto do presente processo de dispensa de licitação é a contratação de empresa especializada em fornecer visitação/passeio ecológico para os adolescentes que participam dos grupos PAEFI e MSE.

Roteiro das atividades:

- 09:00/09:30- Boas vindas mais acolhida – Apresentação e conversa sobre o que é bioconstrução e seus benefícios;



- 09:30/10:15- Passeio guiado pela bioconstrução: Materias e métodos construtivos com materiais naturais e de demolição;
- 10:15/11:00 – Sistemas ecológicos e tecnologias: Visita aos espaços de tecnologias adequadas para bioconstrução e agroflorestal;
- 11:00/13:00 – almoço
- 13:00/16:00 – Trilha com caminhada em um ambiente preservado com a contemplação de lindas cachoeiras, vales e arvores nativas;

A empresa contratada fornecerá os seguintes itens e serviços:

- O serviço será prestado em data a ser combinada entre o vencedor e a Secretaria de Assistência Social;
- O local de prestação do serviço deverá situar-se em raio máximo de 40 km do município de São José do Cedro, considerando que a proximidade contribui para a redução do tempo de deslocamento da equipe e adolescentes, e facilita o transporte rápido e seguro.
- Em um raio de 40 km o transporte será custeado pela prefeitura, caso passe disso, a empresa vencedora deverá custear o valor total do transporte sem custo adicional para o município, com limitação de distância de 60 km, para não causar atrasos e intercorrências na programação devido ao tempo de deslocamento.
- A contratada deverá fornecer o almoço para os adolescentes;
- A contratada deverá providenciar todos os recursos necessários para o perfeito cumprimento do objeto contratado.
- Atender aos chamados da contratante, visando efetuar reparos em eventuais problemas/erros cometidos na execução do objeto contratado.
- Equipe de apoio/ orientação.

10) FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

Gestor: Cleberson Martins Amaral, servidor público municipal, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Assistência Social.

Fiscal: Renecí Luiza Eberhardt, servidora pública municipal, ocupante do cargo comissionado de Diretora do CRAS.

11) REGRAS DE PARTICIPAÇÃO

- I - O fornecedor concorda com todos os termos deste aviso de contratação direta;
- II - O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de qualquer ato;
- III - O fornecedor interessado encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, com a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos neste aviso;
- IV - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam o fornecedor;
- V - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- VI - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- VII - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;



VIII - Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente;

IX - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

X - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

XI - É possível a participação de consórcio ([art. 15 da Lei nº 14.133/2021](#));

XII - É possível a participação de sociedade cooperativa ([art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#)).

a) Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao [art. 16 da Lei nº 14.133/2021](#);

b) Serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto [no art. 34 da Lei nº 11.488/2007](#).

12) VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

I - Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

II - A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

III - A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).

IV - A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

13) JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

I - A proposta de preços deverá conter declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação ([art. 63, § 1º](#));

II - Sendo apresentada proposta igual à outra, prevalece a que for apresentada primeiro;

III - Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;

¹ **Contratação inidônea**

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.



- IV - No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas, sendo encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pelo Município;
- V - A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- VI - Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;
- VII - Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários;
- VIII - Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora;
- IX - Será desclassificada a proposta vencedora que ([Lei nº 14.133/2021, art. 59](#)):
- a) Contiver vícios insanáveis;
 - b) Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Município;
 - e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- X - Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:
- a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
 - b) Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;
- XI - O Município poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada ([art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021](#));
- XII - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta, podendo a planilha ser ajustada pelo fornecedor desde que a substância das propostas não seja alterada;
- XIII - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto.
- XIV - Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;
- XV - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

14) HABILITAÇÃO

O Licitante deverá apresentar as seguintes documentações:

- a. CNPJ;



- b. Contrato Social;
- c. Regularidade com a Fazenda Federal;
- d. Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- e. Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- f. Regularidade com o FGTS;
- g. Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- h. Certidão de falência e concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- i. Certidão de ausência de penalidades impeditivas de licitar e contratar nas seguintes fontes mantidas pela Administração Pública: CEIS e CNEP;
- j. Declaração sobre (anexo II):
 - i. Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - ii. Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#);
 - iii. Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
 - iv. Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#), [se couber](#); e
 - v. Cumprimento do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#) – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Será exigido a documentação de habilitação somente da empresa que apresentar a menor proposta, que terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para a apresentação da mesma ao setor de compras.

15) ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- I - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos eventuais recursos administrativos, o processo de contratação direta será encaminhado à autoridade superior para aplicação do [art. 71 da Lei nº 14.133/2021](#).

16) CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

- I - Ocorrendo a adjudicação do objeto e homologado o processo de contratação, caso se conclua pela contratação, será firmado Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente, nos termos do [art. 95 da Lei nº 14.133/2021](#).
- II - O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato Administrativo ou aceitar instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
 - a) O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pelo Município;
 - b) O aceite de instrumento equivalente ao Contrato Administrativo implica o reconhecimento de que:
 - i) Aplica-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133/2021](#);
 - ii) O contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
 - iii) O contratado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos [arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [arts. 137 a 139 da mesma Lei](#).
- III - O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- IV - Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.



17) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1) O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções ([art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances, quando esta existir.
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (art. 156, § 2º).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de 30%	Qualquer infração (art. 156, § 3º).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de São José do Cedro, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4º).	II, III, IV, V, VI, VII. Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	VIII, IX, X, XI, XII. Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

3) Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - As peculiaridades do caso concreto;
- III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 4) Para aplicação das sanções ([arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021](#)):
- I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- II - Incisos III e IV do item 1:
- a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;
- b) O licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;
- c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;
- d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;
- e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal ([art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021](#));
- f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:
- i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;
- ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;
- iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
- 5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 6) A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal ([art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 7) Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#) ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#) – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133/2021](#) ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado,



observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133/2021](#)).

9) A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(Ceis\)](#) e no [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(Cnep\)](#), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal ([art. 161 da Lei nº 14.133/2021](#)).

10) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 ([art. 162 da Lei nº 14.133/2021](#)).

10.1) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) ([art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

11) É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de São José do Cedro, exigidos, cumulativamente ([art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#)):

- I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II - Pagamento da multa;
- III - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

11.1) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável ([art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021](#)).

18) DISPOSIÇÕES FINAIS

- I - Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por e-mail comprascedro@prefcedro.sc.gov.br ou pelo telefone (49) 3643-6300.
- II - Casos omissos serão dirimidos à luz da Lei nº 14.133/2021 e do regulamento municipal 7.498/2022, sempre com apoio da assessoria jurídica e do controle interno.

Município de São José do Cedro, 07 de novembro de 2025.

Fernando Júlio Will
Prefeito Municipal



ANEXO I – PROPOSTA

PROPOSTA

DEFINIÇÃO/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
VALOR TOTAL		

O licitante _____, inscrito no CPF/CNPJ nº _____, DECLARA, nos termos do [art. 63, § 1º, da Lei nº 14.133/2021](#), que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta;

Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA).

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



ANEXO II - DECLARAÇÃO UNIFICADA

(NOME DA EMPRESA), (CNPJ), declaro para os devidos fins, sob as penas da lei:

- a) Inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- b) Enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, observado o disposto no [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#);
- c) Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, estando ciente pela necessidade de manutenção das condições da contratação durante toda a execução do contrato até seu pagamento;
- d) Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o [art. 93 da Lei nº 8.213/91](#), se couber; e
- e) Cumprimento do disposto no [inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#) – inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- f) Cumprimento da [Lei nº 13.709/2018 – LGPD](#).

Declaro que o referido é verdade sob as penas do [art. 299 do Código Penal](#).

(LOCAL), (DATA)

(NOME DO FORNECEDOR – CNPJ/CPF)



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 244/2025

PROCESSO LICITATÓRIO nº 244/2025

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO – RECEITA BRUTA

A empresa _____, CNPJ sob nº _____, com sede na _____, **DECLARA** sob as penas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa no ano-calendário desta licitação, em conformidade com o previsto no inciso II, do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal da proponente Nome e CPF



PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 244/2025

PROCESSO LICITATÓRIO nº 244/2025

ANEXO IV – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA

Município de São José do Cedro

Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro – SC

Necessidade da Administração: Manutenção dos filtros e purificadores de água das Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde de forma a garantir água potável e atendimento as normas sanitárias.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O objeto da presente dispensa de licitação consiste na **AQUISIÇÃO DE REFIS PARA MANUTENÇÃO DOS FILTROS E PURIFICADORES DE ÁGUA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO-SC, DE FORMA A GARANTIR ÁGUA POTÁVEL E ATENDIMENTO AS NORMAS SANITÁRIAS.**

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de refis para filtros e purificadores de água se faz necessária para garantir a manutenção adequada dos equipamentos instalados nas diversas secretarias do município e nas unidades vinculadas ao Fundo Municipal de Saúde. Esses equipamentos são utilizados para o fornecimento de água potável aos servidores e à população que frequenta os espaços públicos, assegurando a qualidade da água consumida e contribuindo para a promoção da saúde e do bem-estar.

A substituição periódica dos refis é indispensável, tendo em vista que seu tempo de vida útil é limitado e, após determinado período de uso, ocorre a saturação dos elementos filtrantes, comprometendo a eficiência na purificação da água.

3. QUANTIDADE E VALOR A SER CONTRATADO, CONSIDERANDO A EXPECTATIVA DE CONSUMO ANUAL:

Estimativa das quantidades baseadas no levantamento feito em cada Secretaria:

Lote: 1 - [LOTE 1]					
Item	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Requisição	Valores - Unitário	Valores - Total
1	REFIL CARBON 9, 3/4", INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	9,00	180,00	1.620,00
2	REFIL CARBON 5", INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	6,00	130,00	780,00
3	REFIL MULTIFILTER, INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	5,00	130,00	650,00



4	REFIL NOBLESSE EUROPA, INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	4,00	330,00	1.320,00
5	REFIL ACQUATEC, INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	2,00	130,00	260,00
6	REFIL PRO LIFE, INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	1,00	220,00	220,00
7	REFIL CP 500, INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	1,00	220,00	220,00
8	CAMARA DUPLA SUMMER, INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	1,00	550,00	550,00
9	REFIL B.A.G., INCLUÍDO INSTALAÇÃO.	UNIDADE	1,00	130,00	130,00
					Soma:
					5.750,00

Segue relação dos itens por Secretaria:

1 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
Local	Item	Quantidade
CEBEM	REFIL CARBONO 9, ¾"	02
CEBEM	REFIL CARBON 5"	01
CEBEM	REFIL B.A.G	01
CEMEG	CAMARA DUPLA SUMMER	01
CEMEG	REFIL CARBONO 9, ¾"	02
CEMEG	REFIL CARBON 5"	01
CEMEG	REFIL PRO LIFE	01
CRECHE NOSSA SENHORA APARECIDA	REFIL ACQUATEC	02
CRECHE PINGO DE GENTE	REFIL CARBON 5"	01
CRECHE SÃO DOMINGOS	REFIL MULTIFILTER	02
ESCOLA BAIRRO PROMORAR	REFIL CARBONO 9, ¾"	01
ESCOLA BAIRRO PROMORAR	REFIL NOBLESSE EUROPA	01
2 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		
Local	Item	Quantidade



SÃO VENDELINO – SUB PREFEITURA	REFIL CARBONO 9, ¾"	01
PRADRE REÚS - SUB PREFEITURA	REFIL CARBONO 9, ¾"	01
PREFEITURA	REFIL CARBON 5"	01
PREFEITURA	REFIL CARBONO 9, ¾"	01
PREFEITURA	REFIL NOBLESSE EUROPA	01
3 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Local	Item	Quantidade
ASSISTÊNCIA SOCIAL	REFIL CP 500	01
4 – SECRETARIA DE AGRICULTURA		
Local	Item	Quantidade
AGRICULTURA	REFIL MULTIFILTER	01
5 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
Local	Item	Quantidade
SAÚDE	REFIL CARBONO 9, ¾"	01
POSTO DE SAÚDE CENTRAL	REFIL MULTIFILTER	01
POSTO DE SAÚDE CENTRAL	REFIL CARBON 5"	01
SALA DE VACINA	REFIL NOBLESSE EUROPA	01
POSTO DE SAÚDE PADRE REÚS	REFIL CARBON 5"	01
POSTO DE SAÚDE PADRE REÚS	REFIL NOBLESSE EUROPA	01
POSTO DE SAÚDE MARIFLOR	REFIL MULTIFILTER	01

4. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

A dispensa de licitação tem sua fundamentação legal no Art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]



II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para as condições de habilitação, exigir a apresentação dos seguintes documentos.

5.1 DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no processo licitatório, as licitantes deverão apresentar a seguinte documentação:

5.1.1 Habilitação Jurídica

- a) Documentação comprobatória da existência jurídica da empresa, conforme aplicável:
- Estatuto ou contrato social, devidamente registrado;
 - Ato constitutivo;
 - Registro comercial;
 - Decreto de autorização, no caso de sociedades estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil.

5.1.2 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a Seguridade Social;
- c) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante;
- d) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade junto à Justiça do Trabalho;

5.1.3 Habilitação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

6. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A escolha do fornecedor será realizada em conformidade com os trâmites legais previstos para a modalidade de dispensa de licitação, especialmente por meio da Dispensa Eletrônica, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021, em seu artigo 75, inciso II:



Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II – para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

A seleção do fornecedor se dará com base no critério de menor preço, sendo observados os princípios da economicidade, eficiência e interesse público. Foram realizadas cotações com potenciais prestadores de serviço, e a proposta mais vantajosa foi aquela que apresentou o menor valor para a execução dos serviços, incluindo o fornecimento de todo o material necessário e a mão de obra para manutenção dos filtros e purificadores.

A justificativa de preço está embasada em pesquisa de mercado com, no mínimo, três orçamentos, conforme boas práticas administrativas e os princípios da razoabilidade e economicidade. O valor proposto encontra-se compatível com os preços praticados no mercado e atende integralmente às necessidades da Administração Pública.

7. FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

O objeto da presente dispensa de licitação consiste na aquisição de refis, incluso mão de obra, para manutenção dos filtros e purificadores de água das secretarias municipais e fundo municipal de saúde de São José do Cedro-SC, de forma a garantir água potável e atendimento as normas sanitárias.

A prestação dos serviços deverá ser realizada no máximo 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de compra.

Os serviços compreendem:

- O fornecimento dos refis e demais materiais necessários, incluindo a mão de obra para substituição das peças;
- O atendimento às especificações constantes no item 3 – Estimativa de Quantidades;
- O deslocamento da equipe técnica e dos materiais até os locais de execução, sem ônus adicional para a Administração;
- Quando necessário, a remoção e o transporte dos filtros e purificadores para realização da manutenção serão de responsabilidade exclusiva da contratada, sem custos adicionais;
- A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos e ferramentas indispensáveis à plena execução dos serviços, garantindo a qualidade e segurança do trabalho realizado.

8. FISCAL E GESTOR DE CONTRATO:

Para fins de acompanhamento, fiscalização e gestão da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e demais dispositivos legais aplicáveis, ficam designados os seguintes servidores:

Gestor do Contrato: Claudemir José Bosing, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Fazenda.

Fiscal do Contrato: Os fiscais serão os Secretários municipais dos locais onde serão prestados os serviços.